



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DISCURSO POLÍTICO E IDEOLOGIA NO PROJETO DO BRASIL POTÊNCIA (1974 – 1979)

GERSON CONSTANCIA DUARTE¹

CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA - UVV

gersoncduarte@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) foi marcado por um antagonismo na política desenvolvimentista do bloco militar, por assinalar um processo de transição da política econômica do regime: o fim do “Brasil do milagre econômico” e o início do “Brasil potência”. Diante da crise econômica que se alastrava pelo mundo e suas repercussões no Brasil, era necessário que o presidente adotasse ações de retomada do crescimento da economia e garantisse a ordem social e política vigente.

Para a manutenção dessa ordem e da hegemonia conquistada pelos militares durante o Brasil do “milagre”, era preciso reunir esforços para a sustentação do assujeitamento da população para que a mesma não se insurgisse contra o governo. Assim, o governo Geisel se apropria de um discursivo capaz de persuadir as classes insurgentes, além de uma política econômica voltada para o desenvolvimento nacional, gerando um parecer social que comovesse a população, contando com a força dos Aparelhos Repressivos e Ideológicos do Estado.

É dentro desse panorama de transformações tanto sociais, quanto econômicas que inserimos, nessa discussão, o projeto do “Brasil potência” e as transformações por que passou o Estado e todo o seu processo de desenvolvimento no período.

Este artigo discute as principais diretrizes do governo Geisel (1974 – 1979) por meio das políticas desenvolvimentistas implementadas, bem como as estratégias

¹ Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do curso de Direito do Centro Universitário de Vila Velha - UVV



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

discursivas usadas pelos órgãos do governo para cooptar as classes sociais, capazes de garantir a sustentabilidade do atual regime.

Dentro dessa lógica, dividimos este trabalho em duas partes, que abordam aspectos relacionados a políticas de desenvolvimento nacional, discurso desenvolvimentista do governo autoritário. Na primeira parte do artigo, discutimos o governo Geisel em seus aspectos desenvolvimentistas, dentro da análise de conjuntura, além de uma análise do discurso do governo, apontando as dicotomias entre as políticas conservadoras e liberais.

Em um segundo momento, analisamos o discurso do governo no contexto da Distensão política, apontando as contradições entre o discurso político e as ações do governo militar, que mesclavam momentos de abertura política com medidas coercitivas contra a população insurgente.

2. GOVERNO GEISEL NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA

O golpe militar de 1964, no Brasil, teve suas bases estruturadas em torno da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Esse golpe de Estado visava à implantação e à manutenção de uma nova ordem social, política e econômica, a qual deveria estar submetida a Nação. Suas dimensões baseavam-se em um processo político-ideológico que compreendia uma ação direta do Estado contra o inimigo iminente a ser combatido: o comunismo, além da promoção do desenvolvimento econômico e do crescimento nacional, atendendo a uma Ideologia de classe burguesa.

O cenário internacional contribuiu para a formação da referida Doutrina, uma vez que o mundo passava por transformações geopolíticas², como a disputa entre as duas potências que se destacavam no cenário mundial. De um lado os Estados Unidos e

² A geopolítica estuda a relação entre geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, suas lutas. Difere da geografia política no sentido de que procura nos dados geográficos orientações para uma política: através dela, os Estados procuram em sua geografia os sinais de seu destino. Ela visa o futuro. É a ciência dos projetos nacionais. É o fundamento racional dos projetos políticos. COMBLIN, Pe. Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, p. 24.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sua política de expansão do capitalismo e do outro a União Soviética com sua política de expansão do comunista. (Oliveira, 1976)

Dentro de suas estratégias, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento apresentava, ao país, um plano de desenvolvimento nacional e sua transformação em uma grande potência mundial, cuja premissa era a de que sem o desenvolvimento econômico não haveria segurança nacional.

Para o alcance de tal êxito seria necessária a adoção de algumas medidas, como a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, através das multinacionais que migravam para o Brasil; o desenvolvimento industrial, como forma de conter o avanço comunista; além da adoção de medidas que visavam a ampliar o potencial produtivo nacional, a fim de manter viva a capacidade de negociação no cenário internacional (Alves, 2005).

O governo do General Ernesto Geisel teve importante destaque no cenário que envolveu essas transformações, pois foi o governo responsável por iniciar, dentro dessa lógica capitalista, o processo de abertura política que contou como passos iniciais, além do processo de continuidade do crescimento econômico, que apresentava declínio ao final do governo do presidente Médici, a diminuição das restrições à propaganda eleitoral, a revogação do AI-5, o fim da censura prévia e a promoção da volta dos exilados políticos ao país³.

No entanto, ainda que fosse o presidente indicado para dar início ao processo de abertura política e promoção da transferência do poder político das mãos dos militares para os civis, sua personalidade guardava marcas de uma rigidez não vista entre os seus antecessores, fato que lhe garantiu suficiente autoridade para promover as mudanças necessárias, mesmo diante dos enfrentamentos internos nas Forças Armadas entre os militares que compunham a linha dura e a ala mais liberal do Exército. [...] *Geisel, sem dúvida o mais militar dos militares que ocuparam a presidência na história recente do país, seria afinal o chefe que acabaria por começar a enviar os militares de volta aos quartéis.* (VEJA, 1979: 46)

³ O presidente Geisel construiu a “abertura”, de tal forma que o país reencontrou a liberdade de imprensa, o Congresso funciona sem o Ato Institucional n 5 e os políticos tratam agora de se acomodar a sonhada vida pluripartidária. Revista Veja, 14 de março de 1979. p. 45



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Assim, seu governo inaugurou uma nova fase política brasileira e iniciou um processo de afrouxamento das medidas autoritárias e coercitivas dos governos anteriores. Esse processo de afrouxamento recebeu o nome de Distensão, e tinha como objetivo a flexibilização política com vistas à recuperação da credibilidade adquirida, para a manutenção da hegemonia conquistada e que se enfraquecia com o final do milagre brasileiro. O governo passava, então, a negociar com a elite política algumas de suas exigências, a fim de ampliar sua base de sustentação e, conseqüentemente, garantir o controle da sociedade civil a partir da aplicação seletiva do uso da coerção (Alves, 2005)

Para o governo era necessária uma abertura política, ainda que de forma consentida, para acalmar a população que começava a se insubordinar com as medidas econômicas do governo, com o aumento dos índices inflacionários e com o crescente desemprego, e para a manutenção desta hegemonia⁴.

3. ENTRE UM DISCURSO LIBERAL E PRÁTICAS CONSERVADORAS

O governo do General Ernesto Geisel preocupava-se com a reestruturação econômica do país, que iniciava uma transição de um período de profundo crescimento econômico entre os anos de 1969 e 1973, para um período de recessão que se formava em decorrência de fatores externos e internos como a crise do petróleo, alto endividamento externo e o conseqüente aumento da inflação, que passa a incomodar todas as classes sociais. Para Sarmento e Albert (2002: 68),

Vale destacar que para Geisel, o combate à inflação jamais se constituiria num verdadeiro problema para sua administração. Sua preocupação era com a manutenção do êmbolo desenvolvimentista, mesmo que para isso fosse necessário contrariar o equilíbrio do orçamento ou comprometer-se com o gerenciamento de um crescente endividamento externo.

⁴ Segundo Gramsci (apud MOCHCOVITCH, 1998: 20) [...] é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade.



O Brasil saía de um processo de euforia com o "milagre brasileiro" e entrava em uma nova fase, a fase do "Brasil potência". Para o governo essa era a hora de crescer, ainda que ignorando alguns conflitos econômicos internacionais. O país já não era mais o país do "milagre brasileiro" entre os anos de 1969 e 1973, uma nova realidade se fazia emergente, e o nível de insurgência da população crescia em todos os campos, com reflexos principalmente nas eleições, onde o partido do governo sofria constantes derrotas. Conforme nos referencia Alves, (2005: 215) [...] *Os protestos das classes trabalhadoras ainda podiam ser silenciados com a rigorosa aplicação do poder coercitivo. Em 1973, entretanto os setores médios começaram a inquietar-se com os primeiros indícios de sérios problemas econômicos.*

Era preciso que o governo adotasse medidas de contenção da insurreição das classes populares que agora recebiam o apoio de parte da elite descontente. Nesse momento, parte dessa elite, que apoiou e levou os militares ao governo, já não mais apoiava as medidas adotadas por seus representantes, pois se sentia alijada do processo de governança, visto que o governo da República se tornava um governo dos militares e não mais um governo de coalizão que unia as forças da direita do país contra um inimigo comum.

É nesse contexto que o governo Geisel implanta o II PND, um plano de metas que orientaria as ações do governo entre os anos de 1974 a 1979. [...] *Este plano tinha como objetivo Preservar a estabilidade social e política, assegurada a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações.*⁵

Para a concretização desse plano de metas, algumas medidas deveriam ser adotadas como forma de cooptar essas classes descontente e que começavam a questionar as ações do governo com mais veemência. Dentre essas ações, estavam a manutenção do crescimento que se concretizara nos últimos anos; implantar de forma concreta a redistribuição da renda; e o processo de participação popular nas ações do governo.

Porém, ainda que tais medidas pudessem representar uma mudança de direção das estratégias do governo, que vinham sendo adotadas através da Doutrina de

⁵ II PND p.29



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Segurança Nacional e Desenvolvimento, essas mudanças não passavam de uma forma de amainar os ânimos das classes subalternas e de fornecer a legitimidade que o governo precisava para governar. Desta forma, via-se na incorporação das classes trabalhadoras no conjunto das preocupações do governo, uma forma de suprir uma necessidade real emergente, além da busca de um apoio importante para a sua manutenção no poder através da cooptação dessa classe (GERMANO, 1994).

Assim, o período entre 1974 e início de 1979 foi marcado pela promoção de mudanças de realinhamento estratégico da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, geradas por um descontentamento social emergente. Esse descontentamento teve origem principalmente devido à grave crise econômica que se desenvolveu no país nos primeiros anos da década de 1970. Segundo Siqueira (2001: 33):

A partir de meados de 1973, o ritmo de crescimento começa a declinar, desequilibra-se a balança de pagamentos e a inflação volta a crescer [...] A queda do nível de crescimento econômico, vinculada à crise do capitalismo em geral, provocou a crise socioeconômica, travestida também em crise política, que se estendeu, sob várias formas, até a década de 80.

Essa crise emergente, aliada à insatisfação social, fez com que o Estado pensasse novas formas de garantir a legitimidade do governo, desta vez abrindo mão do seu aparato repressivo e coercitivo e dando lugar a um processo de afrouxamento das tensões sociais que encontravam corpo principalmente no campo político. Entendia o governo que deveria ser um processo de adoção de medidas liberalizantes, mas que tivessem como característica um cuidadoso controle, dentro daquilo que os militares chamavam de “continuidade sem imobilidade” (Alves, 2005).

O governo, então, adota uma série de políticas, com a finalidade de conter os ânimos da população descontente e dentre essas políticas algumas diziam respeito direto à educação, ainda que essas estivessem na contramão das diretrizes apontadas pelo II PND para o desenvolvimento da nação.

Além disso, o governo militar ainda utilizava outras formas de ação que lhe garantiria a legitimidade necessária para o enfrentamento do processo de transição a que se propunha. Desta forma, amplia sua atuação no campo social e um dos mecanismos utilizados pelo novo regime político na articulação e consolidação das bases de apoio



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

político apresentava-se através da instituição do Banco Nacional de Habitação (BNH), que de maneira estratégica conseguia estimular a expansão e o desenvolvimento de alguns setores econômicos, como a indústria da construção civil, e também manter sob controle os anseios populares através do ideário da casa própria. Nesse momento a moradia popular serve como importante instrumento de manipulação e legitimação do poder.

Ao lado das políticas em educação que visavam ampliar e legitimar as ações do governo Geisel, a política de habitação popular, conduzida pelo Banco Nacional de Habitação, contribuiu como um precioso instrumento de controle das massas populares que, na busca da satisfação da necessidade do morar, principalmente adquirindo a casa própria, não atentavam para os encaminhamentos tomados pelo Estado Autoritário. (DUARTE, 2008).

Entretanto, ainda que se desenhasse no país um panorama de liberalidade, o período é marcado por um profundo antagonismo entre medidas liberalizantes e medidas autoritárias. Entre os anos de 1975 e 1976 o governo desencadeou a maior caçada de comunistas já assistida em todo o período da ditadura militar. Segundo Alves (2005: 246) [...] *Mais de duas mil pessoas foram detidas em todo o Brasil naquele ano. Deste total, cerca de 700 permaneceram presas, e 240 foram posteriormente “adotadas” pela Anistia Internacional.*

As medidas autoritárias adotadas culminaram com a morte do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1968 e do metalúrgico Manoel Fiel Filho em janeiro de 1976 o que resultou no afastamento do General D'Ávila Mello do comando do Segundo Exército. [...] *O afastamento do comandante do II Exército, de qualquer forma, assinala o momento em que se inicia a desativação do aparelho repressivo, ensaiada já nos primeiros meses do governo Geisel* (VEJA, 1979: 54).

Outra marca desse autoritarismo apresentado dentro do processo de abertura está o fechamento do Congresso Nacional no dia primeiro de abril de 1977. Como o governo não conseguiu a aprovação do substitutivo apresentado pelo senador Francisco Acioly Filho, que propunha a reforma do Judiciário, engavetado pela Arena e contando com forte contribuição do MDB, ao decidir, em bloco, recusar a votação do projeto, o governo decide pelo fechamento do Congresso, usando para isso de prerrogativas do Ato Institucional n 5.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Desta forma, edita-se o “pacote de abril” que entre outras medidas, além de aprovar a reforma do judiciário, promove também outras mudanças políticas como o aumento do mandato de presidente de cinco para seis anos; elimina a eleição direta para governadores; extensão da lei Falcão as eleições parlamentares; e a criação da figura do senador biônico.

4. O DISCURSO DAS REFORMAS ECONÔMICAS NO CONTEXTO DA DISTENSÃO

No campo da economia, os anos 70 foram marcados por uma crise internacional proveniente de uma abrupta elevação do preço do petróleo e de todos os seus derivados. Como resultado desse cenário, o Brasil, assim como os demais países subdesenvolvidos, foi submetido à imposição das agências internacionais na busca por financiamentos e empréstimos, adotando uma política de profunda redução dos investimentos públicos gerando um mix de resultados negativos para o Estado no cumprimento de suas responsabilidades e na satisfação das crescentes demandas sociais, trazendo à tona sérios problemas macroeconômicos como o desemprego, a recessão, o confisco salarial, o crescimento do déficit público e uma grande dependência das agências internacionais. [...] *Ao final do processo tem-se: maior dependência de fontes externas para investimentos sociais básicos, aumento da dívida pública externa e retreinamento do papel social do Estado frente às necessidades prementes à população urbana brasileira* (SCHMIDT & FARRET, 1986: 46).

Nesse momento histórico do regime militar, o governo brasileiro buscou uma mudança em seu discurso. Diante de um cenário de descontentamento e novas reivindicações que emergiam, o governo deveria providenciar uma forma de minimizar os descontentes e, para isso, utilizaria mais uma vez a política econômica, já que agora a idéia difundida através do discurso era o de integração e redistribuição, logo após um período de crescimento econômico como nunca visto, acompanhado de uma concentração de renda também cada vez maior. Segundo Brum (1984:136), “o presidente Geisel propõe-se a transformar o Brasil em Potencia mundial emergente até o final de seu mandato, em 1979.”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Para a materialização desse discurso e dentro desta nova perspectiva e intencionalidade, foi lançado o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND - 1975-1979) que, além da prioridade na manutenção do ritmo acelerado de crescimento da economia do país, buscando a consolidação de um “modelo brasileiro de capitalismo industrial”, tem também como meta, agora, incorporar, ainda que de maneira subordinada, a redistribuição e a “participação”. [...] *Para isso, torna-se necessário “superar as dificuldades decorrentes da escassez de vários fatores físicos do crescimento: investimento em capital fixo, insumos industriais, executivos e técnicos de certas especializações* (GERMANO, 1994: 224).

Apesar deste reconhecimento por parte do Estado, de que a política redistributiva do país é falha, ele ainda mantém a intenção do controle do imaginário social quando ratifica que este aspecto pode ser bem mais demorado que a transformação da consciência social. Nesse sentido o Estado mantinha sua intenção de, através da Ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e do Desenvolvimento, continuar norteando seus interesses mediante uma sociedade ordeira e conformada. Nem que para isso tivesse que negociar com a oposição as bases da distensão política.

Verifica-se no período militar uma grande preocupação por parte do Estado autoritário com praticamente todos os setores da economia. As ações políticas criavam as condições necessárias para as políticas econômicas do governo graças aos poderes assumidos pelo Executivo mediante os Atos Institucionais.

O congresso Nacional formado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, não exercia oposição ao governo que governava por meio dos Atos Institucionais, conduzindo a política de acordo com os seus interesses.

De 1967 a 1976 o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social contou com a sobreposição do Executivo ao Legislativo, tendo como objetivo o estabelecimento, no período de diretrizes, como o plano de produção, consumo e investimentos. Mesmo com objetivos tão ousados, o Plano Decenal não logrou resultados concretos, já que os diversos estudos realizados, como forma de diagnosticar e orientar o setor econômico e social brasileiro, não foram colocados em prática, anulando sua capacidade de realização. (Ianni, 1986)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O governo Geisel buscou manter as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em níveis elevados procurando dar continuidade ao chamado período do milagre brasileiro, momento de maior nível de crescimento da história econômica do país, ainda que concomitante a um elevado nível de inflação que corroía o poder de consumo e os salários dos trabalhadores, além de uma política de forte concentração de renda que tinha como campanha “fazer o bolo crescer para depois dividir”.

No campo das negociações políticas com a sociedade civil, essa fase do governo também se mostrou bastante conturbada, com oscilações que iam desde medidas extremamente repressivas até atitudes liberalizantes e abertura de diálogos com órgãos civis como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil. Ao final de seu mandato, o presidente Geisel abre uma ampla frente de discussão iniciando uma serie de encontros com entidades com líderes do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Alves, 2005).

Faz-se, desta forma, um governo cercado por antagonismos políticos que contradiziam os reais objetivos propostos pela Doutrina, que era iniciar um processo de abertura, ainda que consentida, devolvendo às mãos dos civis o rumo políticos da Nação.

5. A REPERCUSSÃO SOCIAL DO DISCURSO POLÍTICO NO BRASIL POTÊNCIA

Com a chegada do presidente Geisel ao poder, em 1974, chega também a determinação de se promover um processo de abertura, mas com a característica de ser lenta, gradual e consentida. O discurso do crescimento contrastava com graves problemas sociais emergentes, impondo ao governo uma nova estratégia de cooptação das massas descontentes como forma de garantir a sua legitimidade para governar e a manutenção da hegemonia. Iniciou-se aí um governo encarregado de promover a abertura política, porém sem perder o agudeza do autoritarismo que acompanhou os presidentes militares nos últimos anos. De acordo com Barros (1976: 64):



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

[...] O presidente Geisel iniciava um processo de distensão política, com vistas à institucionalização do Movimento Revolucionário até o fim de seu governo. Isso implicava, naturalmente, na eliminação gradual dos controles oficiais sobre a informação, tornando ainda mais complexa a atividade dos dirigentes da política econômica, em contraste com a posição anterior, quando o governo pôde operar com tranquilidade e larga margem de segurança tendo em vista a existência dos referidos e rígidos controles.

Passa-se então a uma nova teoria que visava o afrouxamento das tensões sociopolíticas com medidas que visavam à suspensão parcial da censura prévia, melhoria no tratamento dos direitos humanos, reformas eleitorais e, por fim, a redução de medidas coercitivas contra a população como a revogação do AI-5. Conforme nos referencia Brum (1984:137) *“Ao final do Projeto Brasil Potência Mundial Emergente o Estado outorgaria à sociedade um regime democrático, a ser forjado de forma lenta, gradual e segura.”*

No campo social, as políticas do governo agiam no sentido de garantir a legitimidade necessária para a manutenção do poder. Assim, ganhavam destaque as políticas de habitação para as classes populares, através da ação do Banco Nacional de Habitação (BNH); e as políticas para a educação, que visavam à formação de mão-de-obra qualificada para atender a demanda gerada pelo mercado de trabalho.

A grave crise econômica mundial que marcava o início dos anos 1970 fez com que o governo revisse suas estratégias. O período de distensão encaminhava a Nação brasileira para um processo político de redemocratização, ainda que antagonicamente contasse com momentos de profunda retomada da violência explícita e aviltante cessação dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros como nos casos da reedição do AI-5⁶.

Paralelamente a esse quadro político apresentado, temos o aspecto econômico que norteava o país entre o final do governo de presidente Emilio Garrastazu Médici e a ascensão ao poder do presidente Geisel. O país saía de um momento histórico de grande

⁶ No dia 30 de março de 1977 o projeto de reforma judiciária foi a plenário em sessão conjunta entre Senado e Câmara dos Deputados, como era exigido para votação de uma emenda constitucional. O resultado foi de 241 votos a favor do projeto original e 156 contra; como não houve maioria de dois terços, o pacote foi rejeitado. Dois dias depois, o presidente Ernesto Geisel fechou o congresso nacional pela terceira vez desde o golpe de Estado de 1964, valendo-se dos poderes extraordinários concedidos ao Executivo pelo AI-5 para governar por decreto nesse ínterim. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 233



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

crescimento da economia entre os anos de 1969 e 1973 e mergulhava em uma profunda crise financeira ocasionado pela crise do petróleo de 1972. Porém, ainda que diante de uma grande crise internacional, a ordem do discurso governamental era a de manter o crescimento e o desenvolvimento, o que segundo Geisel se daria, ainda que com o aumento dos índices inflacionários e mais uma parcela de sacrifício da população (Brum, 1984).

Em pronunciamento na primeira reunião ministerial após sua posse, Geisel define as linhas que iriam nortear seu governo:

[...] Aos organismos intermediários que, nos mais variados setores de atividades, compõem todo o rico complexo da sociedade brasileira, não só lhes reconheceremos e garantiremos o pleno exercício dentro das limitações estatuídas em lei, mas poderemos até aceitar-lhes a colaboração desinteressada, leal e nunca impositiva, ou mesmo incentivar e auxiliá-lo em seus nobres e elevados propósitos, desde que julgados de benemerência ou utilidade real para o país. O que não lhes poderemos nem devemos outorgar, será a intromissão, sempre indevida, em áreas de responsabilidade privativa do governo, a crítica quando desabusada ou mentirosa, as pressões insistentes e descabidas que partam de quem não tem o mínimo de compromisso inerente ao múnus público (BRUM: 1984, 141).

Para o governo a manutenção do crescimento da economia representava muito mais que uma continuidade das políticas de seu antecessor, significava a presença da ala liberal dos militares na condução das políticas nacionais, em oposição à chamada linha dura. Gremaud (2002: 412) nos referencia que [...] *O novo presidente eleito Ernesto Geisel representava uma facção diferente no seio militar brasileiro (a facção castelista) daquela de seu antecessor Médici (representante da chamada linha dura).*

No entanto, ainda que o discurso do governo apontasse para o da continuidade do “milagre”, mantendo os altos “índices de crescimento”, e embarcando em um novo momento denominado pelo Presidente Geisel de “Brasil potência”, o que se vê na verdade é o país mergulhando em uma profunda crise econômica, com a crescente da inflação e a imposição ao povo de mais uma parcela de sacrifício. Na visão de Brum (1984: 141) [...] *A implantação do projeto Brasil-Potência deveria abrigar a todos os brasileiros, tendo o condão de transformar os milhões de analfabetos, miseráveis, subnutridos, maltrapilhos e marginalizados em cidadãos sadios, limpos, conscientes, racionais e socializados.*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Dentre as medidas econômicas adotadas pelo presidente Geisel para transformar o Brasil na potência mundial emergente, podemos apontar além da edição do II PND (1975 – 1979), a manutenção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Era meta do governo através do II PND manter o crescimento da economia acima dos 10% ao ano, e a manutenção de um elevado índice de crescimento da indústria que deveria girar em torno dos 12% ao ano. Há que se destacar que tais metas não foram alcançadas, ainda que o país mantivesse os índices de crescimento econômico elevados.

Além disso, para alcançar o feito desejado, o governo precisou operar um deslocamento da matriz industrial, mudando o foco de produção das indústrias de base, para as indústrias de produção de bens de consumo e insumos, investindo ainda fortemente na geração de energia através da construção de grandes hidrelétricas. Apostou-se, assim, em investimentos na capacidade produtiva da indústria nacional, em relação às multinacionais que se haviam instalado no país, como desenvolvimento da economia. Assim, “*o projeto de desenvolvimento prevê a criação de grandes estímulos à empresa nacional privada, para que ela recupere a sua força e possa cumprir o papel que lhe é destinado pelo governo na nova estratégia.*” (BRUM, 1984: 137)

No entanto, a crise que se desenhava no cenário internacional não permitiu aos empresários nacionais o nível de investimento necessário a esse desenvolvimento, o que resultou em um dos fatores de fracasso do plano de metas do governo.

Ainda que o governo tivesse como meta do projeto “Brasil Potencia” o investimento no crescimento da indústria nacional, isto não se deu segundo as suas próprias expectativas, uma vez que, durante o período houve, de sua parte, uma série de falhas no tratamento com essas indústrias.

Podemos apontar dentre essas falhas, a forma de financiamento do crescimento da indústria nacional que se dava, ainda que com recursos do governo, através do sistema financeiro privado, que aplicava taxas de juros altas, inviabilizando que essas indústrias se endividassem para crescer.

Além disso, a política de apoio do governo a essas indústrias, através da compra de seus insumos, começa a declinar a partir de 1976, fazendo com as mesmas reduzam suas capacidades de produção, passando a funcionar com até 50% de ociosidade na sua capacidade produtiva. Tal efeito fez com que muitas indústrias nacionais fechassem, e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

outras fossem incorporadas pelas grandes multinacionais existentes no país. Segundo Brum (1984: 148)

A indústria pesada (nacional) apresenta acelerada expansão até meado de 1976. A partir daí, seu ritmo declina. Em 1977 e 1978, é o setor industrial que em o pior desempenho e, em 1978, 80, 81, trabalha com acentuada capacidade ociosa, por falta de encomendas, quer pelos cortes nos investimentos públicos, quer pela decisão do governo de passar a adquirir no exterior muitos equipamentos que a indústria aqui instalada tem condições de produzir no país.

Um terceiro fator que podemos apontar como falha do governo na condução da nova política econômica foi o trato com as multinacionais instaladas que não abriram mão de sua vocação de primeiros e maiores agentes econômicos no país, além da manutenção da política de não divisão de tecnologia com a indústria nacional.

Aliado a esse contexto de falhas no próprio gerenciamento do Estado, é necessário contar também com a falta de apoio dos agentes sociais que, diante da crise mundial, fizeram poucos esforços para apoiar a política econômica do governo. Desta forma, aliando-se o crescente aumento dos índices inflacionários aos índices de crescimento da dívida externa que chegam a dobrar no seu governo, o presidente Ernesto Geisel vê seu projeto político de transformar o Brasil em uma grande potência mundial fracassar, impossibilitando, no momento, a realização da promessa de retornar a Nação ao sistema democrático, passando essa tarefa a seu sucessor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o governo do presidente Ernesto Geisel tivesse como proposição a liberalização política gradual decorrente de fatores econômicos e sociais, em função das graves crises por que atravessava a Nação e que passavam a fazer parte da agenda de reivindicações da sociedade civil organizada, a política de crescimento do governo, com base no II PND, impulsionava o país para uma continuidade do crescimento que foi denominado pelo próprio governo de “Brasil Potência”.

Porém, tal crescimento se dava com o sacrifício das classes sociais menos favorecidas, principalmente da classe operária, que viam cada vez mais seus salários se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

deteriorando frente ao aumento incontrolado dos índices de inflação. Nesse sentido, era necessário ao governo o uso de estratégias de cooptação dessas classes insurgentes, e para isso faz uso do discurso como forma de garantir a estabilidade e hegemonia conquistada.

Ação política e discurso político passam a fazer parte de uma mesma estratégia de controle social que apresenta antagonismos, fazendo do governo Geisel um governo com características liberais, cercado de ações reconhecidamente conservadoras.

No campo das políticas econômicas, é implantado um novo projeto de desenvolvimento chamado de “Brasil Potência”, que tem como intenção a manutenção dos altos índices de crescimento e da transformação do país em uma nova potência mundial. Tal projeto, no entanto, não possui o êxito esperado pelo governo, retardando ainda mais o processo de redemocratização da Nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BARROS, Adirson de. *Março: Geisel e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 4ª ed. Petrópolis –RJ: Vozes, 1984.

CASTRO, Celso e D' ARAUJO, Maria Celina. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 1978.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. *A Expansão da periferia por Conjuntos Habitacionais na região da Grande Vitória (1964 – 1986)*. Dissertação de Mestrado Em História social das Relações políticas. UFES, 2008

GERMANO, José Wellington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Economia Brasileira Contemporânea*. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

OLIVEIRA, Eliézer. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1976.

SARMENTO, Carlos Eduardo e ALBERT, Verena. O Dossiê Ministério da Fazenda do Arquivo Ernesto Geisel: fontes sobre a gestão de Mário Henrique Simonsen. In CASTRO, Celso e D' ARAUJO, Maria Celina. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHMIDT, Benício V, & FARRET, Ricardo L. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1986.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. *Industrialização e Empobrecimento Urbano. O Caso da Grande Vitória. 1950 – 1980*. Vitória: EDUFES, 2001.